

Salah H. Khaled Jr.

**AÇÃO,
JURISDIÇÃO
E PROCESSO
PENAL**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright © 2021 by Salah H. Khaled Jr.

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

K45a

Khaled Jr., Salah H.

Ação, jurisdição e processo penal / Salah H. Khaled Jr. – Rio de Janeiro
: Lumen Juris, 2021.

244 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 209-221.

ISBN 978-65-5510-573-5

1. Direito processual penal. 2. Processo penal - Brasil. 3. Jurisdição
Brasil. 4. Ação penal. 5. Ciências criminais. I. Título

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Capítulo 1 - A polêmica sobre a actio	1
Introdução: história das ideias processuais.....	1
1. A gênese do conceito contemporâneo de ação.....	3
2. O contexto histórico-jurídico alemão da época e a biografia de Bernard Windscheid e Theodor Muther.....	4
3. O estudo de Windscheid (A actio do direito civil romano do ponto de vista do direito atual)	8
4. As críticas de Muther na obra “Sobre a Teoria da actio Romana, do Moderno Direito de Ação, da Litiscontestação e da Sucessão Singular nas Obrigações”	13
5. A Resposta de Windschied (A actio. Réplica ao Dr. Theodor Muther)	16
Capítulo 2 - A jurisdição como poder-dever e direito fundamental	21
1. A necessária redefinição do conceito de jurisdição.....	21
2. A jurisdição exercida pela Inquisição e pelos Estados Absolutistas.....	23
3. O movimento reformador e a irrealização de uma jurisdição como instrumento de defesa contra a arbitrariedade.....	27
4. O jus puniendi colocado em questão para além da dicotomia direito penal objetivo e direito penal subjetivo: a jurisdição como poder-dever e direito fundamental	34
Capítulo 3 - A relação jurídica e os pressupostos processuais.....	45
1. Oskar Von Bülow e sua obra.....	45
2. Síntese das principais ideias de Bülow	48

3 A teoria das exceções processuais e os pressupostos processuais de Bülow.....	48
4. O processo como relação jurídica entre o tribunal e as partes. Unilateralidade do critério tradicional sobre o conceito de processo. A expressão “processo”	49
5. As condições para a constituição da reação jurídica processual: os pressupostos processuais.....	53
6. A proposta de Bülow.....	55
Capítulo 4 O uso indevido de categorias do processo civil no processo penal.....	65
1. Uma obra clássica: A lide e o conteúdo do processo penal no Brasil.....	65
2. O conteúdo do processo penal: o caso penal.....	68
3. O problema das condições de ação.....	70
4. O problema da tipicidade nas condições da ação.....	72
Capítulo 5 O sistema processual penal brasileiro: acusatório, misto ou inquisitório?.....	75
1. Breve história e análise dos sistemas processuais penais.....	75
2. O sistema processual penal brasileiro e sua caracterização: acusatório, misto ou inquisitório?	81
Capítulo 6 - A Ambição de verdade no processo penal.....	91
1. Introdução.....	91
2. A verdade real em questão.....	91
3. Complexidade e verdade	101
4. Considerações finais	104

Capítulo 7 - O processo penal e a incerteza: situações jurídicas e contraditório dialógico.....	107
1. Processo penal e prova: representações narrativas, evidências e rastros do passado	107
2. O risco e a incerteza das situações jurídicas processuais	112
3. O contraditório dialógico como estrutura de constrangimento de evidências	119
4. Uma função epistêmica de busca da verdade?	124
Capítulo 8 - A captura psíquica do juiz e o sentido da atividade probatória no processo penal contemporâneo.....	129
1. Introdução	129
2. Problematização inicial	130
3. Atividade probatória como demonstração da verdade	132
4. Atividade probatória como fixação formal dos fatos alegados no processo.....	142
5. As concepções narrativistas ou semióticas, estruturadas em torno da ideia de argumentação	145
6. Atividade probatória como captura psíquica do juiz.....	149
7. Considerações finais.....	153
Capítulo 9. Provas judiciais e “estratégia do repertório”: cargas, chances, ônus, e o efeito colateral da atividade probatória.....	155
1. Introdução.....	155
2. Aportes iniciais: captura psíquica e função da atividade probatória processual-penal	156
3. Atividade probatória como oferta de versões a questão da tarefa.....	163

4. A tese probatória do “uso do repertório”: efeito colateral, imparcialidade e captura em dois níveis	170
5. Considerações finais	178
Capítulo 10. O oculto inquisitório e o inquérito policial como monumento	181
Epílogo um	197
Epílogo dois.....	203
Referências	209